

A questão do conhecimento na cobertura sobre infância e adolescência¹

Ana Carolina Lima Santos²

Universidade Federal de Sergipe

Resumo

O presente trabalho faz parte de um conjunto de pesquisas que visa obter um panorama da cobertura oferecida pelos meios de comunicação sergipanos acerca do universo infanto-juvenil. Através de entrevistas com pauteiros, repórteres e editores que atuam na área, tenta-se identificar e compreender as justificativas para os procedimentos executados por estes profissionais. Às causas já apresentadas pelos estudos do *newsmaking* (valores-notícia e rotinas produtivas), este trabalho acrescenta aspectos ligados ao próprio conhecimento que os jornalistas detêm sobre a área temática tratada. Mostra-se, pois, que a qualidade da cobertura também se relaciona com a capacidade que estes profissionais têm para operar técnicas cognitivas adequadas a abordagem apropriada dos temas.

Palavras-chave

Jornalismo; técnica cognitiva; criança e adolescente.

Introdução

Ao analisar a cobertura realizada pelos telejornais sergipanos no que diz respeito a temas ligados ao universo infanto-juvenil, percebe-se que o tratamento dado a estes assuntos ainda está aquém do ideal. Nos principais noticiários das duas maiores emissoras locais abertas, a TV Sergipe e a TV Atalaia, respectivamente afiliadas da Rede Globo e do SBT, predominam a existência de matérias que, por ficarem presas ao simples registro do

¹ Trabalho apresentado aos Eventos Especiais III – Intercom Júnior, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, entidade governamental brasileira promotora do desenvolvimento científico e tecnológico.

² Estudante de graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Sergipe, bolsista de Iniciação Científica (CNPq/UFS), integrante do Laboratório de Estudos em Jornalismo – Lejor. E-mail: vitaminacc@yahoo.com.br.

factual, não conseguem dar conta das informações mais significativas de tal área temática. Fragmentação, padronização e falta de profundidade são algumas das características que podem ser atribuídas ao trabalho jornalístico em questão.

De acordo com os estudos do *newsmaking*, esta constatação seria explicada pela busca ao atendimento das exigências cotidianas de produção. Para dar conta de um produto informativo que atenda aos critérios noticiosos dentro de um prazo de tempo limitado, o profissional faz uso de convenções e operações práticas, chamadas de valores-notícia e de rotinas produtivas. Juntos, tais elementos são responsáveis pelo enquadramento que é dado, na medida em que determina como se dá a seleção de acontecimentos e de fontes (WOLF, 1992). A qualidade da abordagem seria, pois, o resultado de uma espécie de estrutura invisível que, através de regras internas, molda o processo de re-contextualização do fato dentro das dimensões do noticiário (BOURDIEU, 1997).

Entretanto, a produção não abarca somente estes aspectos estruturais próprios das organizações, mas envolve ainda o conhecimento que o jornalista tem sobre os temas tratados, uma vez que todo fato está inserido dentro de um contexto mais amplo. A área temática, como é definido este contexto, diz respeito à convergência de uma série de relações referentes a determinadas instituições, sistemas peritos e esferas de convivência que caracterizam um determinado universo de questões. Embora não precise ser um especialista nos assuntos que cobre, o jornalista precisa dispor, pelo menos, de um conjunto mínimo de conhecimentos prévios adequados sobre estes temas de modo que tenha a capacidade de interpretar os vários dados que apura.

Isso porque a realidade só pode ser alcançada através das tipificações que, ao serem interiorizadas, fazem parte do conjunto de saberes do jornalista. O conhecimento, firmado nestes esquemas tipificadores, é responsável pelo modo como ele lida com o fato e, conseqüentemente, como estabelece os nexos para produzir as interpretações que dará cabo na matéria. Somente por meio da zona clara que é lançada na realidade pelo conhecimento, o profissional pode explicar e objetivar os significados daquilo que verifica. Com isso, é possível fixar pontes entre diferentes zonas dentro da realidade do mundo e as integrá-las em uma totalidade dotada de sentido (BERGER e LUCKMANN, 1976).

Assim, é o domínio de um *background* de saberes que permite ao jornalista apreender os espectros da realidade que, na medida em que abrigam o fato, servem para nortear a

maneira por meio da qual a cobertura será conduzida. O conhecimento lhe dota até mesmo da capacidade de ir para além dos próprios mecanismos de trabalho. Dotado dos saberes necessários sobre os assuntos abordados, o profissional pode operar as técnicas cognitivas da área temática e, assim, apresentar proposições sobre a estrutura pré-existente a fim de permitir e viabilizar um tratamento mais apropriado aos temas.

As técnicas cognitivas nada mais são do que matrizes interpretativas para a correta realização do percurso interpretativo, isto é, de todo o trabalho efetivado pelo jornalista na produção da matéria. Isso inclui a formulação de problemas e hipóteses, a definição da linha de investigação, o estabelecimento de relações entre dados e fatos, a hierarquização e sistematização de informações. Tais técnicas podem ser divididas em dois grupos: de processo (aquelas que dizem respeito aos princípios que estruturam o fazer jornalístico, como os conhecimentos que guiam a busca, a preparação das informações a serem publicadas) e de conteúdo (aquelas relativas ao assunto tratado que permitem a interpretação dos fatos, a exemplo de noções básicas acerca da audiência a qual tal matéria interessará e da área temática) (GUERRA, 2003).

O mapeamento das técnicas cognitivas

Indo um pouco mais a fundo na questão da área temática, volta-se à idéia de que a abordagem também é um reflexo do conhecimento que o jornalista dispõe sobre os assuntos que noticia. Partindo desta hipótese, a presente pesquisa realizou entrevistas com os profissionais que trabalham com a questão da infância e da adolescência para entender melhor como funciona esta cobertura. Foram entrevistados todos os pauteiros, repórteres e editores que produziram, durante os meses de fevereiro, março e abril do corrente ano, uma ou mais matérias que tratassem direta ou indiretamente de algum tema que diz respeito à criança e ao adolescente.

As entrevistas foram pensadas como um procedimento para obter, através da ótica do próprio jornalista, a racionalização da prática por ele desenvolvida. Identificando e compreendendo os motivos por trás dos procedimentos, a pesquisa tentou delinear os fundamentos ligados aos aspectos técnicos, organizacionais e de conhecimentos temáticos das técnicas cognitivas empregadas pelos profissionais. O principal objetivo das entrevistas

foi, portanto, perceber qual o grau de conhecimento que o jornalista dispõe sobre a área temática da infância e da adolescência³, tentando relacioná-lo com a qualidade das matérias produzidas.

A partir da definição desta meta, procurou-se elaborar um roteiro que guiou as entrevistas. O resultado foi um instrumento de pesquisa com quatorze questões abertas de modo a extrair do jornalista o maior volume possível de informações. As indagações giraram em torno de algumas categorias básicas que remetiam ao processo de produção e ao conhecimento do profissional, a saber: frequência com que cobre tais matérias, temas mais recorrentes, critérios usados para seleção de fatos, fontes comumente acionadas, percepção sobre a atuação de atores específicos, participação em treinamentos, informações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e uso adequado de termos.

Depois de realizadas as entrevistas, os dados brutos passados pelos pauteiros, repórteres e editores foram transformados em resultados efetivos da pesquisa através da análise de discurso. Tendo início com a transcrição, a leitura cética e a codificação das entrevistas (BAUER e GASKELL, 2003), a apreciação teve como intento desvendar não apenas as informações efetivamente passadas pelo jornalista, mas também explicitar as entrelinhas. Então, a análise empenhou-se em perceber como a própria linguagem utilizada pelo profissional durante as entrevistas revela o domínio que ele tem sobre as técnicas cognitivas de processo e, sobretudo, de conteúdo.

A escolha por um questionário aberto foi feita justamente para possibilitar a análise de discurso, que tem na sua base a convicção de que a linguagem não é tão somente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo (CAPELLE et al, 2003). Desta forma, as entrevistas foram conduzidas de modo a deixar os jornalistas apresentarem livremente seus argumentos e justificativas sobre as razões que motivaram o trabalho. Aliás, para a pesquisa, foi muito interessante ver quais os termos que eles dispõem para tanto. Por exemplo, quando eles usam vocabulários considerados inadequados ou pejorativos, isso indica uma defasagem do conhecimento sobre a área temática.

³ A definição do grau de conhecimento sobre as questões ligadas à criança e ao adolescente foi orientada de acordo com a literatura específica da área, cf.: ANDI, 2001; CANELA, 2003 e 2004; CARLSON e FEILITZEN, 1999 e 2001; CIPÓ, 2003; CONANDA, 1999, 2001 e 2002; HENN e OLIVEIRA, 2004; NUNES, 2003; PRADO e TORRES, 2004; VERONESE, 1999; VIVARTA, 2003 e 2004.

O retrato do conhecimento do jornalista

A partir das entrevistas, foi possível traçar um panorama de quem faz e como se faz a cobertura acerca do universo infanto-juvenil nos telejornais sergipanos. No total, foram dez jornalistas entrevistados, sendo que, destes, dois eram pauteiros, dois eram editores e seis eram repórteres. Apesar de parecer uma amostra pequena, ela envolveu todos aqueles que trabalharam com a área durante três meses. Vale ressaltar que, no caso da TV Sergipe, o editor é também apresentador do noticiário. Na TV Atalaia, apesar de não ser a mesma pessoa, não houve necessidade de entrevistar o apresentador, tendo em vista que ele apenas lê os textos produzidos pelo próprio editor.

Entre os entrevistados, aparecem profissionais com os mais diversos perfis. Alguns deles são jornalistas recém-saídos da universidade, outros têm décadas de experiência. Alguns cobrem em um mês várias matérias sobre o assunto, outros fazem menos de uma por mês. Apesar das diferenças, todos eles apresentam mais ou menos o mesmo nível de conhecimento sobre o assunto, bem como os mesmos pontos de vista sobre os temas tratados. Salvo raras exceções, eles demonstram possuir um conhecimento superficial sobre a área temática. Não há percepção, por exemplo, da real dimensão dos trabalhos dos Conselhos Tutelares e dos Conselhos de Direitos, dois importantes atores e fontes em potencial, o que acaba tornando-os pouco acionados no noticiário.

Outra falha que ficou evidente diz respeito aos saberes que os jornalistas têm sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Todos afirmaram já ter tido algum contato com o ECA, mas seis deles reconheceram ter um conhecimento bastante limitado. De fato, estes não mostram ter noção sobre a maior contribuição do estatuto: o rompimento com a doutrina da legislação tutelar e da situação irregular (que tinham como base a idéia de que a lei deveria dirigir-se somente àqueles inseridos em um quadro de patologia social) para a adoção da doutrina da proteção integral, ocupando-se dos direitos da infância e da adolescência de modo cada vez mais amplo.

A falta de conhecimento dos profissionais sobre a doutrina da proteção integral parece ser reproduzida na percepção que eles têm sobre a própria cobertura. Ainda que o tema mais recorrente nos telejornais seja a educação (com 60 matérias em um período de três meses), quando questionados sobre os tópicos mais recorrentes sobre crianças e adolescentes, todos eles citam assuntos relacionados a crianças e adolescentes em estados

de risco. Crianças em situação de rua (5), trabalho infantil (4), abuso sexual ou prostituição (4) e violência ou maus-tratos (3) foram os temas citados com maior frequência. A educação foi citada apenas uma vez, assim como as questões artísticas e as ações comunitárias.

Este descompasso entre os assuntos citados e os que efetivamente despontam na cobertura parece remeter exatamente à falta de entendimento da doutrina da proteção integral. Ao falar da problemática da infância e da adolescência, o jornalista ainda tem em mente a legislação tutelar. Perde-se de vista, em função disto, que tal área temática envolve uma série de outros temas, como educação, saúde, esporte, cultura e comportamento. Por sua vez, a existência destes outros assuntos no noticiário indica uma constatação também feita por meio das entrevistas. Os pauteiros, responsáveis pela seleção do que vai virar notícia, apresentam um conhecimento superior sobre esta temática.

Mas aí, mesmo quando há a cobertura sobre outros temas, o repórter enfoca o que é irregular como primeiro valor-notícia. Apesar do irregular também dever ser tratado, previsto na nova concepção como violação de direitos, o problema é que não se consegue explorar o enquadramento que a doutrina da proteção integral oferece para entender tais assuntos, a exemplo do sistema de garantia dos direitos e das atuações dos conselhos tutelares. Centrando-se meramente no registro do fato, deixando de lado causas, conseqüências e possíveis soluções, é impossível problematizar as situações de acordo com o que é proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, mesmo tendo sido promulgado em 1990 como uma verdadeira revolução para o tratamento da infância e da adolescência, o ECA ainda não foi devidamente incorporado pelos profissionais. Sem compreender a maior parte dos avanços do tal estatuto, sobretudo a idéia de a criança e o adolescente carecem de cuidados e proteção especiais em decorrência da vulnerabilidade que lhes é típica enquanto pessoas em processo de formação, o jornalista tem dificuldades em realizar uma abordagem com a especificidade que a temática merece. A prioridade garantida pela lei a todas as crianças e adolescentes, enquanto cidadãos sujeitos de direitos e deveres, ainda não foi satisfatoriamente assimilada nas técnicas cognitivas empregas pela maioria dos jornalistas entrevistados.

Sobre o ECA, a única informação que é difundida entre todos os profissionais entrevistados diz respeito à importância de não expor a imagem e/ou identidade de crianças e adolescentes que passam por situações que possam gerar constrangimentos para eles. Assegurada pelo estatuto, a medida é entendida por todos os jornalistas como uma necessidade para a preservação da inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. Existe, então, concordância e respeito acerca da interpretação do estatuto de que são proibidas imagens que identifiquem crianças e adolescentes em condições vexatórias, sobretudo quando são vítimas ou autores de ações ilegais.

Entretanto, neste mesmo ponto, muitos profissionais prejudicam a imagem das crianças e adolescentes através do uso de termos inadequados, como a palavra menor. Esta expressão, considerada pejorativa por carregar uma conotação preconceituosa (uma vez que quase sempre se refere apenas a crianças e adolescentes pobres, abandonados ou em conflitos com a lei), é considerada politicamente incorreta, tendo sido banida do vocabulário dos que defendem os direitos da infância e da adolescência. Mesmo assim, a palavra foi usada várias vezes durante as entrevistas. O termo foi repetido dezesseis vezes por seis dos jornalistas ouvidos, todas para se referir a crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Todos estes deslizes apontados revelam, de certo modo, uma defasagem do conhecimento do jornalista. Sobre isso, eles alegam uma dificuldade em acompanhar os avanços contínuos que existem na área temática, o que faz com que muitas vezes cometam erros. Apesar disso, o desejo e a disposição de manter-se atualizado quanto ao assunto não comove a todos. Entre os dez profissionais, metade nunca participou de treinamentos ou seminários realizados, muito embora a chefia de jornalismo de ambas emissoras tenha afirmado liberar os repórteres para eventuais cursos de aperfeiçoamento.

Conclusão

A partir de tal representação, é possível inferir algumas considerações acerca da relação entre o conhecimento do jornalista e o trabalho que é feito em Sergipe acerca do universo infanto-juvenil. É certo que a deficiência nesta cobertura deve-se a uma série de fatores estruturais, entre os quais se destacam os valores-notícia e as rotinas produtivas, mas

o cenário liga-se ainda ao próprio desempenho do profissional, incapaz de extrapolar os limites que lhes são impostos. Esta incapacidade do jornalista remete, de fato, à questão do conhecimento que ele tem sobre a área temática da qual o assunto das matérias faz parte – confirmando a hipótese previamente levantada.

Sem o devido domínio de um conjunto de saberes concernentes a tal área que possibilitem uma boa abordagem, o profissional não consegue construir um produto jornalístico cuja qualidade cognitiva esteja em maior conformidade com o que de mais avançado se tem hoje na compreensão dos problemas relacionados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Quanto mais profundo for o discernimento que o jornalista possui sobre os tópicos abordados, mais condições ele apresenta de oferecer um tratamento rigoroso à informação. Sem o grau adequado de conhecimento, o profissional produz coberturas deficientes que acabam dissociando o sentido de realidade a ser transmitido ao público. Continua, pois, persistindo a existências de *gaps* de percepção em tal área.

Assim sendo, a melhoria desta cobertura passa também por um maior treinamento dos pauteiros, repórteres e editores no sentido de sensibilizá-los para a importância de tratar corretamente estes temas e, principalmente, de mostrá-los como é possível tratar corretamente estes temas. O trabalho de ONGs como a Missão Criança, da Rede Andi (Agência de Notícia de Direitos da Infância), dá uma nova perspectiva de enriquecimento ao tratamento. Através de contatos diretos e ininterruptos com as redações, ela tem investido na formação de uma cultura jornalística que venha a priorizar uma abordagem correta da infância e da adolescência.

Tal tratamento adequado dos telejornais acerca do universo infanto-juvenil torna-se importante, pois, como intermediário entre o público e o mundo, o jornalismo colabora na construção do conhecimento da realidade. Assim, ao abordar corretamente esta área temática, os meios de comunicação de massa dão um importante passo para a consolidação do sistema de garantias de direitos que vem sendo implementado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. Até porque, conforme consta na Constituição Brasileira, a mídia tem, enquanto parte da sociedade e em conjunto com a família e o Estado, o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência.

Referências bibliográficas

ANDI. *A mídia dos jovens: a marca do crime*. Brasília: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2001.

BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1997.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.

CANELA, Guilherme. “Quem guarda os guardiões? Os próprios guardiões”. In: *Cidadania antes dos sete anos: a educação infantil e os meios de comunicação de massa*. Coord. Veet Vivarta. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. *Modelos de prática de periodismo digital: rede Andi*. Salvador: 5º Congresso Iberoamericano de Periodismo em Internet, 2004.

CAPELLE, Mônica et al. “Análise de conteúdo e análise do discurso nas ciências sociais”. In: *AntConte Revista*, v. 5, n. 1. Lavras: Ufla, 2003.

CARLSON, Ulla; VON FEILITZEN, Cecília. *A criança e a violência na mídia*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. *A criança e a mídia – imagem, educação e participação*. São Paulo: Cortez, 2001.

CIPÓ. *A criança e o adolescente na mídia BA/SE*. Salvador: Agência de Notícias dos Direitos da Infância, 2003.

CONANDA. *Diretrizes nacionais para a política integral à infância e adolescência*. Brasília: Ministério da Justiça, 2000.

_____. *Parâmetros para criação e funcionamento dos conselhos tutelares*. Brasília: Ministério da Justiça, 2001.

_____. *Pacto pela paz - propostas aprovadas na IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente – edição especial de 12 anos*. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.

GUERRA, Josenildo. *O percurso interpretativo na produção da notícia*. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, 2003.

HENN, Ronaldo; OLIVEIRA, Carmen. *O hiperdimensionamento da criminalidade juvenil no noticiário*. Salvador: 2º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004.

NUNES, Brasilmar Ferreira. *Sociedade e infância no Brasil*. Brasília: Editora UnB, 2003.

PRADO, Ana; TORRES, Vânia. *A criança e o adolescente na mídia impressa de Belém: desinformação e superficialidade*. Salvador: 2º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2004.

VERONESE, Josiane Rose. *Os direitos da criança e do adolescente*. São Paulo: LTr, 1999.

VIVARTA, Veet (Coord). *O grito dos inocentes – os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Coord). *Equilíbrio distante: tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Coord). *Que país é este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. (Coord). *Remoto Controle – linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes*. São Paulo: Cortez, 2004.

WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1992.